

O Ensino da Cultura Clássica em Portugal

Maria Isabel N. Miguéns

Introdução

O tema que aqui nos propomos tratar — *O Ensino da Cultura Clássica em Portugal* — constitui desde há alguns anos objecto fundamental do nosso estudo, tão caro quanto é certo que com afincos temos procurado despertar o interesse dos alunos pelas raízes da cultura ocidental em geral, e, de modo particular, da cultura portuguesa.

A iniciativa deste ciclo de conferências devida ao Departamento de História da UAL, não será de mais salientá-lo, permite agora a exposição de assuntos que a brevidade do tempo de leccionação em que se explanam as matérias programadas apenas deixa, na melhor das hipóteses, aflorar. Mas é também justo salientar o interesse dos alunos pelas comunicações que têm vindo a ser apresentadas, com o que nos congratulamos, na certeza de que são os estudantes as melhores testemunhas e os melhores juízes das actividades da nossa Universidade.

1. Os conceitos e o ensino da «cultura clássica»

Ao procurarmos destrinçar na complexidade de conceitos expressos ao longo dos tempos as características definidoras de «cultura clássica», importa não perdermos de vista que o seu ensino conheceu no mundo ocidental um desenvolvimento correspondente à evolução espiritual que nele se registou, razão por que esta breve exposição sobre o ensino da cultura clássica em Portugal não pode deixar de seguir, ainda que sumariamente, o seu percurso histórico. Vem a este propósito referir que, dos estudiosos da cultura clássica que temos tido possibilidade de compulsar, um sobressai pela profundidade com que procurou esclarecer os conceitos de *clássico* e de *classicismo*. Referimo-nos ao Professor Doutor Vítor Manuel de Aguiar e Silva que, no extenso artigo intitulado *Para uma interpretação do Classicismo*, publicado na *Revista de História Literária de Portugal* em 1962¹, expôs diacronicamente as várias concepções que os dois termos conheceram, analisando-as e criticando-as.

Já no século II d.C., encontramos o qualificativo de *clássico* aplicado ao escritor que, pela correcção da linguagem usada, superiormente se distinguia dos demais, alargando-se assim o primitivo carácter sócio-político do termo, que identificava os cidadãos pertencentes à 1.ª classe da população romana. Assim, considerando-se *escritor clássico* o melhor dos escritores, legítimo seria que essa excelência o tornasse um autor estudado nas escolas. Foi o que se verificou durante a Idade Média, quando a progressivamente acentuada estratificação da sociedade conduziu à orientação do ensino de acordo com as necessidades e os interesses da vida intelectual, económica e social desta época.

Recordemos de modo sucinto como a formação do homem medieval assentou, fundamentalmente, na cultura helenístico-romana, enriquecida pela moral cristã. Ainda no séc. VIII, Alcuíno (c. 735-804) na Escola Palatina, em Aix-la-Chapelle, e no mosteiro de S. Martinho de Tours, Paulo Diácono (c. 720-c. 799) em Monte Cassino, e também o gramático Pedro de Pisa, foram fundamentais, tanto na obra educativa como na vida espiritual, que não deixava de incentivar o estudo dos autores da Antiguidade. Ao longo da Idade Média, das disciplinas que constituíam o trivium (Gramática, Retórica e Dialéctica), foi concedida especial atenção à Gramática, sendo o estudo das regras linguísticas da língua latina baseado na *Ars Minor* de Donato e, sobretudo, nas *Institutiones grammaticae* de Prisciano, acompanhado da leitura de autores seleccionados: as fábulas de Esopo e as máximas de Catão eram decoradas, e Virgílio era o poeta latino preferido, a par dos hispânicos Prudêncio e Orósio. Das obras de carácter enciclopédico apenas referimos *De nuptiis Philologiae et Mercurii* de Marciano Capela, autor do séc. V, as *Institutiones* de Cassiodoro (c. 480-575) e as *Etymologiae* de Santo Isidoro (c. 570-636). O Direito baseava-se no *Digesto*, compilação devida a Juliano, e o estudo da Medicina em Hipócrates, Galeno e Avicena.

À Escolástica, depositária por excelência do Saber, competia fundamentar a Teologia, para o que se tornava indispensável uma sólida preparação filosófica, e a obra aristotélica, que na sua feição platonizante havia séculos era estudada, especialmente a partir das traduções e comentários de Boécio, alcançou ainda maior projecção e amplitude no século XIII, com a renovação devida a S. Tomás de Aquino. E quando a Escolástica foi contestada e combatida, o Aristotelismo continuou presente na cultura europeia, embora a sua autoridade dogmática tivesse sido posta em causa pela corrente humanística que não tardaria a surgir.

Acresce que nesse século se assistiu à fundação de Estudos Gerais por toda a Europa (em Portugal a Universidade foi instituída no ano de 1288², presidindo a essa fundação o espírito da cultura antiga tanto quanto o espírito cristão).

No século XIV iniciavam os círculos intelectuais italianos a exaltação da cultura literária e artística dos Antigos, ou seja, dos autores clássicos, procurando não apenas a valorização do Homem, mas também uma renovação mental, através do estudo das obras da Antiguidade, tidas como fontes de beleza e de espiritualidade. Reacendeu-se igualmente o interesse pelo estudo das línguas grega e latina, e a filologia conheceu novo incremento. Em todo o Ocidente penetrou o Humanismo

italiano no decurso do séc. XV, e Portugal participou activamente neste movimento cosmopolita, quer recebendo ilustres mestres (Cataldo Sículo, Arnaldo Fabrício, Nicolau Clenardo e João Vaseu, Martinho de Azpilcueta — o doutor Navarro —, e Jorge Buchanan, para citar alguns dos mais conceituados), quer incentivando estudantes a frequentarem universidades estrangeiras, sobretudo as de Salamanca e Alcalá de Henares, Paris, Montpellier e Toulouse, onde alguns portugueses ocuparam também lugares de prestígio (Aires Barbosa, Diogo de Gouveia e André de Gouveia, de entre os principais). E devemos salientar que, se numa fase inicial, estas relações culturais se deveram a iniciativas particulares, rapidamente se alargaram e intensificaram, mercê das directrizes da política cultural definida por D. João III.

Com a valorização da Retórica³, Cícero tornou-se o modelo dos prosadores e Quintiliano constituiu o modelo pedagógico, com detrimento da autoridade aristotélica, já que a nova mentalidade exigia a renúncia a estéreis discussões formais, e procurava a preparação cultural e crítica necessária à formulação de juízos independentes. Por isso, o ensino não se limitava já a uma monótona aprendizagem teórica, sendo-lhe agora acrescentada uma componente prática e criativa, embora fiel aos preceitos estéticos apreendidos. Esta inovação afigura-se-nos tão fundamental quanto a exegese das obras mais significativas da Antiguidade, empreendida com entusiasmo, e que contribuiu decisivamente para definir ou esclarecer os seus valores estéticos. Os Humanistas procuraram aproximar-se dos seus modelos, que admiravam pela correcção formal, beleza, coerência e equilíbrio; prestaram-lhes culto através da sua imitação, mas ainda tentaram excedê-los, ou seja, para além dessa imitação souberam assimilar os seus mais elevados valores, aliando à formação cultural, que desenvolveram, a perfeição estética.

Começam estes ideais a ser contestados nos finais do séc. XVI, e Portugal encaminha-se para o Maneirismo, com novas concepções culturais a que correspondem os cânones estilísticos enunciadores da fantasia, da variedade, do preciosismo e do artificialismo que caracterizam a literatura e a arte de Seiscentos. A actividade pedagógica durante o séc. XVII, iniciado sob a presença filipina, foi dominada pelo autoritarismo jesuítico, que impediu a penetração das novas ideias que se difundiam pela Europa. Mas já no século seguinte a cultura portuguesa voltava a movimentar-se, procurando acompanhar a vida europeia, como o comprovam acontecimentos culturais que, pelo seu significado, não podemos deixar de referir: a criação da Academia Real da História Portuguesa, em 1720, a publicação do *Vocabulário Português e Latino* (1712-1721) do teatino D. Rafael Bluteau, o início da utilização da língua portuguesa nas aulas dos mestres oratorianos protegidos por D. João V, e a redacção do *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís António Verney (editado em Nápoles, em 1746), obra pedagógica renovadora, em que se advoga a prioridade do ensino do Português, ainda que em nada diminuindo a validade do ensino da língua e da literatura latinas. Esta pedagogia moderna que tentava ajustar-se à evolução do pensamento europeu, iluminista, agirou, naturalmente, a cultura nacional.

E, compreende-se bem que os excessos e a futilidade do gongorismo conduzissem à reacção

que se expressa numa contracorrente, que pugna pela observância das regras de construção e de estilo dos clássicos, sim, mas conciliando-as com os princípios racionalistas do seu tempo, do que resulta um desejável equilíbrio entre razão e sentimento. Deste modo, o neo-classicismo ampliou a concepção de «clássico», que passou a abranger não só as obras e autores gregos e latinos, mas também os Humanistas de Quinhentos, que as redescobriram e nelas se inspiraram. Coube à Arcádia Lusitana, fundada em meados do séc. XVIII (1757) e declaradamente hostil ao espírito barroco (hostilidade que desde logo a sua divisa, *inutilia truncat*, proclama), fazer reviver (durante a sua curta existência que não chegou a perfazer duas décadas, pois desmembrou-se em 1744) a simplicidade, a harmonia e o bom gosto dos clássicos, objectivo que encontrou mais facilitado pela expulsão da Companhia de Jesus em 1754. Procuraram os Arcades redefinições teóricas de cânones estéticos, com o objectivo de assegurar valores como a autenticidade e a utilidade, mas a rigidez das regras estabelecidas acabou por oprimir e quase esterilizar a capacidade criadora.

Perante esse excessivo intelectualismo, construtor de preceitos mecânicos e coercivos, erguia-se já, no entanto, a nova sensibilidade que configurou o Romantismo, e em que assenta a antinomia semântica «clássico-romântico»: de um lado, equilíbrio, ordem, disciplina, razão e universalismo, do outro, desordem, agitação, sentimento e singularidade. A mentalidade que assim se exprimia em termos culturais, e que assinala o início do Modernismo no seu sentido lato, acompanhava as experiências da 1.ª fase do Liberalismo em Portugal, e revelava marcadas influências estrangeiras, nomeadamente francesas. Por outro lado, a vida interna portuguesa, conturbada e indisciplinada, suportava o ónus de uma situação política e economicamente deplorável, cujo corolário não podia deixar de ser a degradação do sistema educativo. Ainda assim, se considerarmos o importante projecto reformista de Passos Manuel, apresentado em 1836, verificamos que aí se preconiza o ensino liceal do Latim e do Grego, da Literatura Clássica, da Oratória e da Poética, introduzindo-se agora as disciplinas de Diplomática e Paleografia, componentes de um amplo quadro de matérias humanísticas, a par das científicas e técnicas. A renovação social e cultural pretendida não punha, portanto, em causa as raízes da cultura nacional.

Quer se aplique o termo «clássico» aos autores da antiguidade greco-latina, ou àquele que, em qualquer época, revela a maior correcção de linguagem, quer se lhe atribua um significado estético, a *cultura clássica* exprime, afinal, um ideal que o Homem perseguiu ao longo dos tempos, qualquer que fosse a sua mundividência. É que a cultura clássica contém em si mesma o conceito lato de *Humanismo*, que designa a crença naqueles valores universais e perenes que elevam o Homem e lhe permitem, não apenas desenvolver de modo mais harmonioso as suas faculdades, mas também alcançar uma formação mais elevada. Mesmo aqueles que, invocando diversas justificações, rejeitam o profundo significado ou a importância do classicismo em Portugal, reconhecem a necessidade da educação clássica, como é o caso do doutrinador António Sardinha, para quem o «romanismo» constitui «um elemento de perturbação» que se conta entre as «causas primaciais» da decadência de Portugal, acrescentando que «a renascença não foi um período de vigor e de brilho para a nacio-

nalidade portuguesa, pois tanto intelectual como socialmente, representa a origem de quantos desvios houvermos de sofrer nas direcções do nosso génio colectivo.» Não cabe aqui analisar a tese de António Sardinha, de que liminarmente discordamos, mas registamos, que, apesar de tudo, não deixa de reconhecer que é necessário o estudo das humanidades, para se aprender a «pensar claro» e a «sentir claro»⁴.

2. Actualidade e problemática do estudo da cultura clássica.

Como será possível compreender a cultura contemporânea sem conhecer os seus alicerces? E que dizer da época medieval e do Renascimento, cuja compreensão pressupõe o conhecimento das suas obras mais representativas, plenas de erudição? Todos sabemos como o ensino da língua latina foi prejudicado pelo preconceito de ser uma disciplina inútil, um estudo penoso de regras gramaticais de um idioma que desde há dois séculos a premência da vida e o rápido desenvolvimento da técnica secundarizaram. No entanto, censura-se o acelerado processo de degradação da nossa língua, em grande parte devido ao desconhecimento do latim que é o seu substrato, parte essencial do nosso património espiritual, e, decerto, um dos que mais fortalecem a nossa própria identidade. Será demasiado esperar que os Portugueses de finais do séc. XX, herdeiros de um riquíssimo legado cultural, saibam afirmar (ou melhor, reafirmar) o seu legítimo patriotismo linguístico?

Um tanto paradoxalmente, foi nos países de cultura anglo-saxónica que mais longamente persistiu o ensino da cultura clássica. Atente-se apenas nas numerosas iniciativas culturais realizadas em Inglaterra e na Alemanha do pós-guerra, mas também na Holanda, pátria de Erasmo, onde tantos humanistas se acolheram, e que não esqueceu as suas profundas tradições clássicas. Em todos esses países se procede, com notável regularidade, a um intenso trabalho de investigação, em que se desenvolve a tradução, a crítica e a revisão dos textos antigos, frequentemente divulgados em reproduções anastáticas. E algumas obras monumentais, apesar de contarem já perto de uma centena de anos, continuam a ser imprescindíveis instrumentos de trabalho, como as que foram devidas à iniciativa da Academia das Ciências de Berlim.

Entre nós, é unanimemente sentida a impreparação dos estudantes que iniciam o curso universitário, e é na universidade que se procura suprir as deficiências existentes, ao mesmo tempo que se desenvolve o ensino. Ao reflectirmos sobre o estudo actual da cultura clássica em Portugal importa fazer justa referência ao Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos e ao Instituto Superior de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Coimbra, bem como ao Centro de Estudos Clássicos anexo à Faculdade de Letras de Lisboa, que mantêm viva a tradição humanística da Universidade Portuguesa, incentivando e divulgando os estudos clássicos, não só filológicos mas também histórico-literários.

Uma questão importante a considerar é a carência de uma bibliografia da cultura clássica. O Professor romeno Scarlat Lambrino, que se fixou em Portugal em 1948, especialista em História

Antiga e Epigrafia, legou-nos inúmeros e valiosos trabalhos — um desses é a *Bibliographie de l'antiquité classique — 1896-1914* (1 Partie, Paris, 1951), mas, cremos que não teve continuidade. Poucos anos decorridos, em 1956, começou a publicar-se em Madrid a *Bibliografía de los Estudios Clásicos en España (1939-1955)* [Publicaciones de la Sociedad Española de Estudios Clásicos]. Quanto à preparação de um trabalho análogo em Portugal, as iniciativas individuais já concretizadas permitem admitir que ele possa vir um dia a ser uma realidade, tanto mais que, contrariamente ao que se pensa, a cultura clássica continua a ser investigada por um número reduzido de eruditos, mas de grande produtividade, como comprovam os trabalhos publicados em Lisboa, na revista *Euphrosyne*, e em Coimbra, na *Humanitas*. Trabalhos que, temos muito gosto em declará-lo, em nada ficam aquém dos estudos congêneres das melhores revistas europeias e americanas da especialidade.

Universidade Autónoma de Lisboa «Luís de Camões», 28 de Março de 1990.

ABSTRACT:

This article presents a general view of the classical culture's teaching in Portugal, following the most significant evolution of its concept. The article's main purpose is to emphasize the continuous significance of the classical culture, soon enriched by Christian ethics, towards human education, since its values are universal and everlasting.

So, this particular studies remain indispensable, not only for the understanding of our contemporary culture, but also for the knowledge of the Portuguese language and for the strengthening of our own identity.

NOTAS

¹ Aguiar da Silva, Vitor Manuel P. de, *Para uma interpretação do Classicismo*, «Revista de História Literária de Portugal. Instituto de Estudos Românicos — Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1962, pp. 1-158.

² A data de 1290, tradicionalmente aceite como a da fundação da Universidade em Portugal foi corrigida para 1288 pelo Professor Doutor J. Veríssimo Serrão, baseando-se nos termos da petição enviada ao Papa Nicolau IV em 1288 e numa carta de D. Dinis, datada de 1 de Março de 1290 (ambas publicadas no *Charularium Universitatis Portugalensis*, I, docs 3 e 4-5.

³ Entendida agora num sentido mais amplo, sobretudo porque se afasta a especulação abstracta da filosofia escolástica, a Retórica torna-se a base de um novo método de raciocínio que a aproxima da realidade social, dos problemas da moral, da política e da religião.

⁴ António Sardinha, *A Cultura Clássica in Ao Ritmo da Ampulheira*, Lisboa, 1978, pp. 56-63.